

A aposta agora é na Amazônia

Inventário feito pelo governo indica que se concentra no Norte 43% do potencial energético

Maurício Corrêa
de Brasília

A polêmica em torno dos aproveitamentos hidrológicos da Região Amazônica não se restringe ao projeto de construção da usina de Belo Monte, no rio Xingu. Na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), marcada para o dia 31 de julho, será discutido um relatório sobre as perspectivas de expansão da hidreletricidade no País, até o final da década, que indica um potencial de 260 mil megawatts (MW), 43% dos quais encontram-se localizados na região Norte. Só a bacia do rio Amazonas aparece no inventário elaborado pelo Ministério de Minas e Energia com 106 mil MW. Até 2010, está prevista a implantação de 82 hidrelétricas em todo o País, num total de 36,5 mil MW.

Embora a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica monopolize a atenção com uma preocupação de curto prazo, a agenda da próxima reunião do CNPE deixa claro que a crise atual obrigou o governo a readquirir o gosto pelo planejamento setorial de longo prazo. Além do aumento da geração hidrelétrica, o governo também fez um inventário sobre o potencial de importação de eletricidade dos países vizinhos e concluiu que, nesta década, poderão ingressar no País mais 14 mil MW, sendo 8 mil originários da Argentina, 5 mil da Bolívia e outros 1 mil MW do Uruguai.

O relatório que examinou o potencial hidrelétrico brasileiro apontou não só uma forte concentração de aproveitamentos na região Norte (113 mil MW, com 43% do total), mas, também, um certo esgotamento em outras partes do País. No Nordeste, por exemplo, há um potencial de 26 mil MW (11%), no Sudeste de

43 mil MW (16%), no Sul também de 16%, enquanto no Centro-Oeste o potencial é de 36 mil MW (14%).

Mas, quando o foco desse relatório é direcionado para as bacias hidrográficas, verifica-se que a do rio Amazonas ainda representa a mais forte concentração de potencial, com 41% do total. As bacias integradas pelos rios Paraná e Paraguai e Tocantins e Araguaia também se destacam, com, respectivamente, 23% e 11%. Em termos hidrelétricos, a situação mais difícil é a do Nordeste, cujos rios, com exceção do São Francisco, permitem um aproveitamento de apenas 1%, ou seja, 3 mil MW. A bacia do São



Francisco, isoladamente, ainda pode oferecer um aproveitamento de 26 mil MW (10% do potencial total do País).

O estudo que será submetido ao CNPE mostra que há previsão de 21 projetos hidrelétricos com capacidade instalada acima de 300 MW para construção até 2010. Contudo, além desses, o inventário também indica a necessidade de elaboração de novos estudos sobre a viabilidade de outros aproveitamentos hidrológicos.

Na bacia do rio Tapajós, por exemplo, serão examinados com mais rigor dois projetos ainda embrionários, mas que poderão se tornar muito discutidos nos próximos

anos: são as usinas de Itaituba (com capacidade instalada de 9,5 mil MW) e São Manoel (4,3 mil MW). No mesmo caso, encontram-se as propostas de construção das hidrelétricas de Teotônio (6,8 mil MW de potência) e de MR-10 (4,2 mil MW), ambas programadas para o rio Madeira.

A crise atual também fez o governo aprender que não adianta gerar energia se o País não dispõe de linhas de transmissão com capacidade para distribuir a eletricidade através de outras regiões. Assim, os integrantes do CNPE também discutirão uma proposta elaborada pela Eletro-norte que consiste na conexão ao atual sistema interligado nacional dos sistemas isolados que se localizam nos estados do Acre, de Rondônia e Mato Grosso.

A questão da importação de energia também será amplamente discutida na reunião do CNPE, a partir de um estudo elaborado por Rulemar Pessoa Silva, um assessor especial da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Hoje, sem considerar a energia originária da binacional Itaipu, a importação já representa 2,4 mil MW, em operação ou em obras. No último domingo, por exemplo, o Brasil passou a receber 200 MW gerados pela usina venezuelana Guri, que servirão para o abastecimento localizado da cidade de Boa Vista, no estado de Roraima.

Na carteira de autorizações concedidas pela Aneel, existem mais 4,3 mil MW (importações da Argentina e da Bolívia). Outros 2,5 mil MW também de ambos os países estão em fase de estudos no órgão regulador. No total, Rulemar Pessoa Silva identificou um potencial de importação, pelo Brasil, até o final desta década, de 14 mil MW.

